

RETROSPECTIVA

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA ALEPE

6 ANOS DE TRABALHO



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

ÍNDICE

Comissão	04
Mensagem do Presidente da Comissão	05
Qual a importância da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural?	06
Audiências públicas realizadas	07
Fortalecimento das compras públicas de produtos da agricultura familiar em pauta	08
Atualização do marco regulatório do saneamento básico	09
Pela criação de um programa estadual voltado às agroindústrias familiares	10
Violência sofrida por agricultores familiares é tema de audiência	11
7º Grito da Terra Pernambuco - Agricultura Familiar: Cuida da Terra e Alimenta o Mundo	12
Situação do Semiárido Pernambucano e Consequências da Estiagem	13
Em Defesa da Previdência Social e Pela Reestruturação do Atendimento do INSS	14
Os 25 anos do Pronera e os desafios da Educação do Campo em Pernambuco	15
Riscos da Influenza Aviária ao meio ambiente e ao setor avícola	16
Alepe ouve agricultores afetados pela Reserva de Vida Silvestre Tatu Bola	17
Violência contra a pessoa idosa do campo em debate	18
Políticas de incentivo para a economia solidária	19
Audiência Pública debate pulverização aérea de agrotóxicos na Alepe	20
Em audiência, produtores cobram ações para reforçar competitividade da bacia leiteira estadual	21
Famílias de Itaparica: quase 40 anos de convivência com os desafios do acesso à água e outras políticas públicas	22
Audiência pública debate violência em Jaqueira	23
Balanço de 2019	24
Balanço de 2020	25
Balanço de 2021	26
Balanço de 2022	27
Balanço de 2023	28
Balanço de 2024	29

MEMBROS DA COMISSÃO

TITULARES:

(2023-2024)



**Deputado
Doriel Barros**
Presidente



**Deputado Claudiano
Martins Filho**
Vice-Presidente



**Deputado
Edson Vieira**



**Deputado
France Hacker**



**Deputado
Nino de Enoque**

SUPLENTES:



**Deputado
Luciano
Duque**



**Deputada
Débora
Almeida**



**Deputada
Rosa Amorim**



**Deputada
Socorro Pimentel**



**Deputado
Fabrizio
Ferraz**



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural apresenta, através desta revista, um balanço das ações dos últimos seis anos. Destacamos as principais atividades promovidas pelo colegiado, como reuniões ordinárias, audiências públicas e outras formas de escuta da sociedade, com o intuito de defender os direitos e interesses das populações do campo e incentivar a agricultura e pecuária no estado de Pernambuco.

De minha parte, posso dizer que os três mandatos consecutivos (de dois anos cada), atuando na presidência desta Comissão, enriqueceram a minha atuação parlamentar e possibilitaram trocas fundamentais para a minha vida.

Sou grato por isso e sigo, sempre, renovando o meu compromisso com os pernambucanos e as pernambucanas que acreditam no meu trabalho e renovam, todos os dias, o seu voto de confiança.

Deputado Doriel Barros.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL?

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural faz parte das comissões permanentes da Assembleia

Legislativa de Pernambuco, essenciais para o bom funcionamento do Poder Legislativo, proporcionando debates mais detalhados e especializados em torno dos projetos que tramitam da Alepe e que impactam diretamente a vida da população.

Entre as principais atribuições da comissão estão a avaliação das políticas públicas voltadas para o campo, a análise de propostas legislativas voltadas às áreas rurais e a realização de reuniões e audiências públicas com especialistas, representantes do governo e da sociedade civil para discutir temas relevantes para o povo pernambucano.

Além disso, também tem como função fiscalizar a atuação dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da política agrícola e promover a integração entre os setores públicos e privado para o desenvolvimento rural.

CABE À COMISSÃO DE AGRICULTURA DISCUTIR PROJETOS RELATIVOS

- Uso do solo e dos recursos naturais;
- Agropecuária, silvicultura, caça, pesca, vigilância e defesa sanitária, animal ou vegetal;
- Armazenamento, escoamento e comercialização da produção agrícola e pecuária;
- Crédito, assistência técnica, pesquisa e extensão rural;
- Irrigação e eletrificação rural;
- Habitação para o trabalhador rural;
- Núcleos de profissionalização específica;
- Cooperativas agropecuárias, associações rurais, entidades sindicais e propriedade familiar;
- Implementação e acompanhamento da Política Agrícola e Fundiária Estadual;
- Produção de alimentos.

(No ano de 2023, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural recebeu mudança na nomenclatura e passou a ser Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe)



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

Ao longo desses seis anos, sob a presidência do deputado Doriel Barros, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural realizou 21 audiências públicas (algumas em parceria com outras comissões) para discutir proposições de interesse da população pernambucana.

- Estratégias para Fortalecer as Compras Públicas da Agricultura Familiar (2019)
- A valorização e o fortalecimento das cadeias produtivas das regiões de Pernambuco (2019)
- Atualização do Marco do Saneamento Básico (2019)
- A importância do BNB para desenvolvimento regional (2019)
- Pela criação de um programa estadual voltado às agroindústrias familiares (2019)
- A violência sofrida por agricultores familiares na Mata Sul - 2020
- 7º Grito da Terra Pernambuco - Agricultura Familiar: Cuida da Terra e Alimenta o Mundo (2021)
- Em Defesa da Previdência Social e Pela Reestruturação do Atendimento do INSS (2021)
- A Situação do Semiárido Pernambucano e Consequências da Estiagem (em conjunto com a Comissão de Cidadania (2021)
- Em Defesa da Previdência Social e Pela Reestruturação do Atendimento do INSS (2022)
- Influenza Aviária (2023)
- Atual situação da Bacia Leiteira de Pernambuco (2023)
- Os 25 anos do Pronera e os Desafios da Educação do Campo em Pernambuco (2023)
- Violência contra a Pessoa Idosa no Campo (2023)
- Agricultura Familiar e Agroecologia no Combate à Fome em Pernambuco (2023)
- Os impactos socioambientais decorrentes da Reserva Tatu Bola – em parceria com a Comissão de Meio Ambiente (2023)
- Em Defesa da Economia Solidária (2023)
- Veneno no céu é veneno na terra – Contra a pulverização aérea de agrotóxicos (2024)
- Famílias de Itaparica: quase 40 anos de convivência com os desafios do acesso à água e outras políticas públicas. (2024)
- Em Defesa da Previdência Social e Pela Reestruturação do Atendimento do INSS (2024)
- Estratégias para o Desenvolvimento Social e Produtivo da Zona da Mata (2024)



FORTALECIMENTO DAS COMPRAS PÚBLICAS DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PAUTA

Com o objetivo de ampliar o debate em torno do orçamento do PAA e do PNAE, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da Assembleia Legislativa (Alepe), promoveu, no dia 7 de setembro de 2019, uma Audiência Pública sobre o tema.

A proposta foi discutir estratégias de fortalecimento da comercialização da produção da agricultura familiar, reconhecendo e valorizando o papel desse segmento para a segurança alimentar e nutricional da população e para o desenvolvimento de Pernambuco.

CADEIAS PRODUTIVAS DA AVICULTURA EM PERNAMBUCO

Em 26 de novembro de 2019, foi realizada pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Alepe, em São Bento do Una, no Agreste Meridional, uma Audiência Pública sobre os Desafios da Cadeia Produtiva da Avicultura em Pernambuco.

Durante a audiência, foi cobrada maior atenção às cadeias produtivas do nosso estado, conhecendo a realidade de cada região, entendendo suas dificuldades e trabalhando para aprimorar a qualidade dos serviços dos diferentes setores.

Sabendo da diversidade e conhecendo a realidade de cada região, os participantes trouxeram as dificuldades enfrentadas e cobraram mais atenção ao setor, com ações efetivas para aprimorar a qualidade dos serviços, tendo o compromisso assumido pelos parlamentares presentes no evento.



ATUALIZAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO



O projeto de lei do “Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico” foi tema da audiência pública da Comissão de Agricultura da Alepe, no dia 23 de setembro de 2019. O evento reuniu parlamentares, gestores públicos, trabalhadores e representantes da sociedade civil, para discutir o fim dos contratos de programa, firmados sem licitação, entre empresas públicas e municípios.

Dados do IBGE, entre 2009 e 2015, apresentaram informações sobre o acesso à água no Nordeste, que aumentou de 57% para 68% da população. O Presidente da Comissão de Agricultura, deputado Doriel Barros (PT), ressaltou que o papel das empresas estatais na ampliação do acesso ao saneamento deve ser reconhecido e que políticas públicas são muito importantes para fixar o homem no campo.

O deputado federal Carlos Veras (PT) avaliou que o marco do saneamento faz parte de um contexto nacional de entrega do patrimônio público e violação da soberania, pontuando que um país que quer ser independente, não pode entregar a gestão dos seus recursos naturais a outras nações.

O BNB E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ainda em 2019, a Comissão de Agricultura realizou, a pedido do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, uma audiência pública para discutir a importância do Banco do Nordeste para o desenvolvimento regional.

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Doriel Barros (PT) afirmou que a expectativa seria ampliar o debate contra a privatização dos bancos públicos, em especial do BNB, em outras regiões do Estado.

Já em sua fala, a presidenta da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetape), Cícera Nunes, destacou a importância do banco no acesso ao crédito, à terra e à alimentação de qualidade.

O deputado Fabrício Ferraz (então PHS, atual Solidariedade), que também fez parte do grupo de trabalho, falou da experiência dele como produtor rural e do apoio que recebeu da instituição.



PELA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA ESTADUAL VOLTADO ÀS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

A realização de um mapeamento das agroindústrias familiares de Pernambuco, identificando seus problemas e potencialidades, e a construção coletiva de um Programa Estadual voltado para esse setor foram alguns dos encaminhamentos sugeridos em audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Política Rural, no dia 22 de outubro de 2019.

O debate contou com uma mesa formada pela Coopanema, Coordenação de produção do MST, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Governo do Estado (por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, IPA e AD Diper). Trabalhadores rurais e coordenadores de organizações não governamentais ocuparam o plenário e contribuíram com as discussões.

UM OLHAR SOBRE OS CONFLITOS DA MATA SUL

A violência sofrida por agricultores familiares da Zona da Mata Sul de Pernambuco, que há décadas ocupam terras improdutivas de usinas de cana-de-açúcar desativadas, foi tema de audiência pública promovida, dia 30 de setembro de 2021, pelas Comissões de Agricultura e de Cidadania. O debate contou com a participação de entidades da sociedade civil que atuam na defesa desses trabalhadores, assim como de empresários que atuam economicamente nas áreas ocupadas. Parlamentares e representantes do Poder Público estadual buscaram mediar os conflitos e encontrar uma solução que devolva a tranquilidade aos moradores.



VIOÊNCIA SOFRIDA POR AGRICULTORES FAMILIARES FORAM TEMA DE AUDIÊNCIA

Os conflitos que têm espalhado violência na Zona da Mata Sul de Pernambuco, tendo como vítimas agricultores familiares, que há décadas ocupam terras improdutivas de usinas de cana-de-açúcar desativadas, foi tema de audiência pública promovida, no dia 30 de setembro de 2020, pelas Comissões de Agricultura e de Cidadania.

O debate virtual (por conta da pandemia de Covid-19) contou com a participação de entidades da sociedade civil que atuam na defesa desses trabalhadores, assim como de empresários que exploram economicamente as áreas ocupadas. Parlamentares e representantes do Poder Público estadual tentaram mediar os conflitos.

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Doriel Barros (PT), disse ter recebido denúncias de episódios de violência nos municípios de Jaqueira, Catende, Maraial, Tamandaré e Barreiros, e que visitou algumas localidades, observando o pavor dos trabalhadores rurais, ameaçados por milicianos contratados por empresas. Segundo Doriel, a comitiva da Alepe se deparou com situações em que os agricultores são cerceados no seu direito de ir e vir, com a instalação de cercas nas propriedades e que a tranquilidade dessas famílias é prioridade.

Representante do mandato coletivo Juntas (PSOL) e presidente da Comissão de Cidadania, a deputada Jô Cavalcanti também informou ter ido a áreas de conflito.

O advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Pernambuco (Fetape), Bruno Ribeiro, explicou que as áreas desses engenhos em processo de falência vêm sendo assumidas por novos proprietários, responsáveis por medidas que intensificaram os conflitos e deu como exemplo o caso do município de Maraial, onde uma imobiliária assumiu o terreno, contratou uma empresa de segurança privada e encheu a propriedade de cercas, impedindo a circulação dos agricultores por passagens públicas.

O representante da Defensoria Pública do Estado, José Fernando, alertou que a instituição também acompanha os conflitos na Mata Sul e tem atuado para evitar que o poderio econômico seja utilizado para impedir que agricultores circulem nessas terras, seja com a contratação de empresas de segurança, instalação de cercas ou uso da violência.



7º GRITO DA TERRA PERNAMBUCO - AGRICULTURA FAMILIAR: CUIDA DA TERRA E ALIMENTA O MUNDO

O 7º Grito da Terra Pernambuco foi o eixo de uma audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da Assembleia Legislativa, no dia 19 de abril de 2021. O evento colocou a pauta de reivindicações do Grito em debate pela melhoria da qualidade de vida das populações do campo.

O documento, que foi entregue oficialmente ao Colegiado para que o Legislativo pudesse acompanhar a ação do Executivo diante das demandas apresentadas, foi construído pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetape), juntamente com os seus 174 Sindicatos filiados e entidades parceiras.





SITUAÇÃO DO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO E CONSEQUÊNCIAS DA ESTIAGEM

As Comissões da Alepe de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) e de Agricultura, Pecuária e Política Rural realizaram uma audiência sobre a “Situação do Semiárido Pernambucano e Consequências da Estiagem”, em dezembro de 2021, solicitada pela Articulação no Semiárido de Pernambuco (ASA-PE).

A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Ela é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil: sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Oscip. As entidades que integram a Articulação estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).

O objetivo da audiência foi debater a grave situação da região, com foco especial nas consequências da estiagem, e definir medidas prioritárias para a convivência com essa situação, comprometendo o poder público com as necessárias providências a serem tomadas a curto, médio e longo prazos.

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PELA REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO DO INSS

NA Alepe, através da Comissão de Agricultura, uniu forças com a Fetape para realizar, no dia 5 de abril de 2022, a audiência pública “Em defesa da Previdência Social e pela Reestruturação do Atendimento do INSS”.

Entre as pautas, a garantia do orçamento adequado para o funcionamento do órgão, agilização do atendimento dos segurados, melhoria das plataformas do INSS e do Meu INSS, revisão dos processos indeferidos indevidamente, concurso público para contratação de mais servidores e servidoras e de mais peritos médicos para agilizar a análise dos processos e atendimento à população.



OS 25 ANOS DO PRONERA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PERNAMBUCO

Os Desafios da Educação do Campo em Pernambuco foram pauta de audiência pública na Alepe, em abril de 2023, promovida pelas Comissões de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e de Educação e Cultura. Foi também uma construção do Comitê Estadual de Educação do Campo, que tem diversos movimentos e organizações da educação envolvidas.

O debate reuniu lideranças do campo e nomes atuantes na Educação, para a ampliação do PRONERA, aumentando o acesso de jovens e adultos da área rural ao Ensino Superior em instituições federais. Participaram do evento, movimentos sociais, universidades, organizações do governo federal e do governo estadual.



Ana Sotero, coordenadora setorial de graduação do Campus Mata Norte da Universidade de Pernambuco (UPE), relatou paralisação de projetos



RISCOS DA INFLUENZA AVIÁRIA AO MEIO AMBIENTE E AO SETOR AVÍCOLA

Solicitada pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe, a audiência pública sobre Influenza Aviária no Brasil, realizada no dia 9 de agosto de 2023, levantou o debate sobre as consequências da chegada da doença ao nosso país, com a confirmação de mais de 70 focos pelo Ministério da Agricultura.

Durante o evento, foram discutidas estratégias para barrar a doença em Pernambuco, o quarto maior produtor de ovos do País.

A presidenta da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (Adagro), Raquel Miranda, lembrou a importância da parceria do poder público com o setor produtivo, para adiar a chegada do vírus às granjas pernambucanas.

AUMENTO DA FOME

A deputada Débora Almeida apontou que a influenza aviária pode causar o aumento da fome. “O ovo e o frango são as duas proteínas mais presentes na mesa do povo pernambucano e do povo brasileiro. E têm uma importância muito grande na geração de emprego. São mais de 170 mil empregos diretos gerados em Pernambuco”, afirmou.

A audiência pública contou com a presença do deputado Doriel Barros (PT), presidente da Comissão, da deputada Débora Almeida (PSDB) – que pediu a audiência – e com a participação de representantes do Ministério Público de Pernambuco, Federação da Agricultura e Pecuária, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Banco do Nordeste e Associação Avícola de Pernambuco.



ALEPE OUVI AGRICULTORES DA RESERVA DE VIDA SILVESTRE TATU BOLA



A As comissões de Meio Ambiente e de Agricultura da Alepe ouviram, no dia 23 de outubro de 2023, as demandas de demandas de trabalhadores rurais da Reserva de Vida Silvestre (RVS) Tatu Bola. Produtores rurais dos municípios de Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista solicitaram na audiência pública a revogação da criação da reserva, estabelecida pelo Governo de Pernambuco. Segundo eles, a existência da reserva impede o financiamento da produção rural na região.



A reserva estadual tem 110 mil hectares e foi criada em 2015 com o objetivo de preservar o bioma Caatinga, bem como as espécies de animais silvestres endêmicos da região. O decreto de criação foi modificado em 2022, autorizando a utilização do território da unidade para agricultura familiar, orientada por práticas de transição agroecológica e produção orgânica, entre outras atividades sustentáveis. A autorização está vigente até a publicação do plano de manejo da reserva, ainda não elaborado.



VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA DO CAMPO EM DEBATE

A Assembleia Legislativa de Pernambuco realizou, no dia 25 de outubro de 2023, uma audiência pública para discutir “A violência contra a pessoa idosa no campo”. Proposta pelo presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe, deputado estadual Doriel Barros (PT), a audiência abordou todas as faces da violência (social, financeira, familiar, emocional, psicológica, alimentar), com ênfase para a população idosa no campo. O evento foi sugerido ao parlamentar pela Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape).



POLÍTICAS DE INCENTIVO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A justiça social, cooperação e sustentabilidade foram alguns dos princípios exaltados na audiência pública sobre a Economia Solidária realizada pela Comissão de Agricultura, no dia 13 de dezembro de 2023. O encontro celebrou os 20 anos do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco. Esse sistema produtivo foi introduzido na agenda pública do Brasil em 2003, quando passou a contar com programas federais.

A audiência contou com a participação de deputados e deputadas estaduais, do secretário nacional do setor, Gilberto Carvalho, de representantes do Fórum de Economia Solidária, representações da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), do Ministério do Trabalho e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) da UFRPE.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA NO COMBATE À FOME EM PERNAMBUCO



Tendo como inspiração a Campanha da Fraternidade de 2024, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa (Alepe) lançou um convite à população em geral, movimentos sociais, agricultores/as, assalariados/as rurais e autoridades do Legislativo e do Executivo para um debate sobre o enfrentamento à fome em nosso estado, por meio da agricultura familiar e da agroecologia.

O evento aconteceu em março deste ano, no auditório Sérgio Guerra.



AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS NA ALEPE

Os impactos da pulverização aérea de agrotóxicos em Pernambuco foi tema de uma audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe, no dia 27 de fevereiro de 2024. O evento teve parceria com a Fetape, a ASA Brasil (Articulação do Semiárido Brasileiro), a Casa da Mulher do Nordeste, a organização alemã Misereor e a Comissão Pastoral da Terra. Na organização, estiveram articulados os mandatos dos deputados Doriel Barros (PT), presidente da Comissão de Agricultura, Dani Portela (PSOL), João Paulo (PT) e Rosa Amorim (PT).

O objetivo da audiência foi debater a atual situação da legislação da pulverização aérea, diante dos fortes impactos na saúde dos trabalhadores, na contaminação dos alimentos e do meio ambiente. Além de homens e mulheres que trabalham em áreas canavieiras, vários empresários participaram da discussão.



EM AUDIÊNCIA, PRODUTORES COBRAM AÇÕES PARA REFORÇAR COMPETITIVIDADE DA BÁCIA LEITEIRA ESTADUAL

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe promoveu, no dia 2 de abril de 2024, uma audiência pública para reivindicar medidas para aumentar o preço do leite in natura produzido em Pernambuco, ampliar o mercado e a competitividade em relação aos estados vizinhos e até países como Argentina e Uruguai.

Produtores de vários municípios do Estado participaram do evento, realizado em parceria com a Câmara Setorial do Leite.

Na ocasião, o presidente da entidade, Saulo Malta, explicou que uma das preocupações do grupo é com a entrada crescente de queijo muçarela de fora no mercado local, o que impacta não apenas a indústria do Estado, mas os pequenos produtores de leite. Para produzir cada quilo de muçarela, são necessários 11 litros de leite.

Saulo também defendeu a isenção de 100% do ICMS para todos os produtos lácteos produzidos em Pernambuco, tratamento fiscal já existente em estados como Alagoas, Bahia e Ceará.

Também presente no evento, o secretário estadual de Desenvolvimento Agrário, Cícero Moraes, divulgou a retomada do Programa Leite Para Todos, suspenso no Estado desde 2022.

Presidente da Comissão Especial em Defesa da Bacia Leiteira, o deputado Claudiano Martins Filho (PP), disse que o Colegiado está empenhando em ações efetivas para o setor, a começar pela efetiva elevação do preço do leite.

A situação das estradas, problemas com o fornecimento de energia e preço dos insumos também foram dificuldades relatadas pelo deputado.



FAMÍLIAS DE ITAPARICA: QUASE 40 ANOS DE CONVIVÊNCIA COM OS DESAFIOS DO ACESSO À ÁGUA E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia 29 de maio de 2024, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural realizou, no auditório Sérgio Guerra, Audiência Pública sobre os perímetros irrigados do sistema Itaparica. Convocada pelo deputado estadual Doriel Barros (PT), presidente da Comissão, a audiência foi fundamental para encontrar soluções para acabar com os problemas da região.

Ao fim do encontro, alguns encaminhamentos foram definidos, como: solicitação de uma audiência com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa; retorno de uma mesa de diálogo entre o Governo Federal, Codevasf, Governo do Estado e Alepe; e também que o Governo do Estado utilize o fundo de reserva da privatização da Celpe para ajudar na reestruturação do sistema.



ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO DA ZONA DA MATA

A Zona da Mata pernambucana, que sempre produziu riquezas para o estado e para o país, vem sofrendo ao longo dos anos com o enfrentamento de uma crise econômica e social que precisa ser olhada com muita atenção.

Por isso, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento realizou uma audiência pública, no dia 21 de novembro de 2024, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Rio Formoso, Mata Sul pernambucana. O evento abriu um importante debate sobre as Estratégias para o Desenvolvimento Social e Produtivo da região.

A audiência, conduzida pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Doriel Barros, contou com a participação de trabalhadores e trabalhadoras, sindicalistas, lideranças, parlamentares e moradores.



AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE VIOLÊNCIA EM JAQUEIRA

Audiência pública realizada em Jaqueira, Pernambuco, no dia 09 de dezembro de 2024, promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e pela Comissão de Cidadania, abordou a violência decorrente dos conflitos agrários na Zona da Mata, com foco nos impactos nas comunidades rurais.

Participaram diversos representantes da sociedade civil organizada, incluindo autoridades locais, membros do Ministério Público, INCRA, CPT e líderes comunitários.

A deputada Dani Portela, presidenta da Comissão de Direitos Humanos, ressaltou a importância da regularização fundiária e denunciou a presença de milícias armadas e envenenamento de plantações.

O debate também destacou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades de Barro Branco e outras, como ameaça de despejo, fraudes em arrendamentos e a falta de estrutura do INCRA devido ao desmonte do órgão no governo Bolsonaro. As autoridades presentes se comprometeram a acelerar a regularização das terras, fortalecer a segurança pública e realizar investigações sobre as práticas ilegais, além de apoiar as comunidades em busca de direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho.



BALANÇO 2019

OUVINDO EMPRESÁRIOS, AGRICULTORES E ESPECIALISTAS

A Comissão de Agricultura da Alepe realizou, no ano de 2019, 21 atividades, mobilizando cerca de 965 pessoas. Os debates temáticos contaram com a participação de representantes do agronegócio, trabalhadores rurais, especialistas e gestores públicos.

De 12 de fevereiro, quando foi instalada para o exercício do ano legislativo, a 17 de dezembro, ao encerrar as atividades do período, ocorreram 12 reuniões ordinárias e três extraordinárias, além de cinco audiências públicas. A Comissão fez, ainda, uma visita técnica ao Estado da Paraíba, para conhecer experiências como o dessalinizador solar, o trabalho da Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro e o Projeto Embrapa Algodão.

PAUTAS EM DEBATE

Para embasar o roteiro de trabalho, uma palestra foi promovida, em março, com a economista e professora Tania Bacelar.

Em abril, representantes do agronegócio expuseram demandas para potencializar as diferentes cadeias produtivas de Pernambuco.

Em junho, a Comissão reuniu-se para receber propostas de organizações sociais do campo, que enfatizaram as demandas estruturantes para a convivência com o Semiárido e a reestruturação socioprodutiva da Zona da Mata. Também entraram na pauta questões hídricas e de acesso à terra, combate ao uso de agrotóxicos e fortalecimento da produção e comercialização da agricultura familiar.

Os impactos da instalação de parques eólicos no Agreste e a importância do Banco do Nordeste para o desenvolvimento regional também estiveram entre os temas debatidos em 2019, assim como as Consequências das Possíveis Mudanças no Marco do Saneamento Básico, Estratégias para Fortalecer as Compras da Agricultura Familiar e a Cadeia Produtiva da Avicultura em Pernambuco.



RESUMO DAS AÇÕES NA CAPPR - 2019	QUANTITATIVO
REUNIÕES ORDINÁRIAS	12
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	03
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	05
VISITAS TÉCNICAS	01
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS	54
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS, DISCUTIDOS E APROVADOS	13

BALANÇO 2020

SAÚDE E SUSTENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Em meio à pandemia de Covid-19, em 2020, o trabalho da Comissão de Agricultura deu ênfase às demandas de trabalhadores rurais e agricultores familiares. Em junho, parlamentares, representantes do Governo do Estado e entidades de assalariados rurais e de agricultores familiares debateram iniciativas para diminuir os impactos da pandemia no campo.

Entre as preocupações estavam a vulnerabilidade dos trabalhadores em face da interiorização do Coronavírus, a redução dos rendimentos das famílias e o perigo de descontinuidade dos programas de apoio.

Mereceu atenção especial, ainda em 2020, o acirramento dos conflitos fundiários na Zona da Mata Sul de Pernambuco, que foi tema de uma audiência pública promovida em parceria com a Comissão de Cidadania, em setembro.

Proposições – No primeiro semestre de 2020, a Comissão discutiu e chancelou projetos de lei como o que instituiu o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PEAAF).

De autoria do presidente da Comissão, deputado Doriel Barros (PT), outra lei acatada, incluiu os trabalhadores da agricultura familiar no grupo de beneficiários do Programa Popular de Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores (CNH Popular).

Também foi ratificado o projeto de lei que criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, estabelecendo as diretrizes para um plano desse setor. A matéria busca fomentar o uso de práticas produtivas e técnicas de manejo sustentáveis na agropecuária, promovendo a oferta de alimentos mais saudáveis, a preservação ambiental, a valorização dos saberes de comunidades tradicionais e a melhoria da qualidade de vida da população.



Rennata Vasconcelos, agricultora familiar de Garanhuns, uma das primeiras contempladas do Programa CNH Rural Gratuita no estado

RESUMO DAS AÇÕES NA CAPDR - 2020	QUANTITATIVO
REUNIÕES ORDINÁRIAS	06
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	03
AUDIÊNCIA PÚBLICA	01
PLENÁRIA NA ALEPE	01

Observação: Todas as reuniões foram realizadas através de videoconferência, respeitando os protocolos de isolamento social da Covid19

BALANÇO 2021

QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL

Em setembro, foi realizado um encontro extraordinário para aprovar a reabertura do cadastramento no Programa Chapéu de Palha, contemplando os trabalhadores da cana-de-açúcar e da pesca artesanal, que não puderam se registrar e precisavam do apoio durante a entressafra.

A solução encontrada para essa situação foi fruto de mobilização de sindicatos, especialmente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (Fetaepe).

Em agosto, a Comissão integrou uma comitiva que esteve em municípios do Agreste para identificar os impactos socioambientais dos parques eólicos e apurar denúncias feitas pelas famílias agricultoras.

Em novembro, a Comissão reuniu-se com o Ministério Público Federal para falar sobre a descontinuidade na oferta de carros-pipa no Semiárido.

A proteção aos animais também ganhou destaque. Foram aprovadas medidas que proíbem tatuagens e piercings em bichos, criação apenas para extração de pele e uso de abraçadeiras de náilon que não possam ser removidas após a cirurgia. Ratificou, ainda, matéria que impede o cruzamento quando houver risco de problema genético ou prejuízo à saúde dos filhotes.

No encerramento do ano, por meio de parceria com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado (Adagro), a Comissão de Agricultura viabilizou estrutura física para o espaço dedicado às palestras da ExpoAgro Nordeste. O evento foi realizado no Parque de Exposições do Cordeiro, na Zona Oeste do Recife.



RESUMO DAS AÇÕES NA CAPDR - 2021	QUANTITATIVO
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS	02
REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS	10
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS, DISCUTIDOS E APROVADOS	36
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS, DISCUTIDOS E REJEITADOS	0
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS	67

Observação: Todas as reuniões foram realizadas através de videoconferência, respeitando os protocolos de isolamento social da Covid19

BALANÇO 2022

INFRAESTRUTURA RURAL E SUSTENTABILIDADE

Em 2022, leis para estender o Programa Pernambuco Rural Sustentável (ProRural), proibir animais vivos como prêmio e incentivar o uso do hidrogênio verde no Estado passaram pelo crivo da Comissão de Agricultura da Alepe. A novidade foi incluída no Código Estadual de Proteção aos Animais por meio da Lei nº 17.793/2022.

O colegiado acatou, ainda, o PL nº 3016/2022, do então deputado estadual Clodoaldo Magalhães (PV). O projeto atualiza a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de modo a incluir o incentivo à utilização do hidrogênio verde. O combustível é obtido a partir de fontes renováveis, em um processo no qual não haja emissão de carbono.

Convertida na Lei nº 17.816/2022, a iniciativa prevê incentivos para que pequenos produtores tenham acesso a tecnologias sustentáveis, estímulo ao uso do hidrogênio verde como fonte energética e fomento à cadeia produtiva do insumo. Isso ocorrerá por meio da atração de investimentos e da capacitação dos profissionais, entre outras ações.



RESUMO DAS AÇÕES NA CAPDR - 2022	QUANTITATIVO
PROJETOS DE LEI DISTRIBUÍDOS	38
PROJETOS DE LEI APROVADOS	23
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS	01
REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS	07
AUDIÊNCIA PÚBLICA	01

BALANÇO 2023

COMPROMISSO COM O CAMPO

A busca pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais foi um dos focos da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Alepe, em 2023. O colegiado debateu diversas questões relacionadas a essa temática, em seis audiências públicas realizadas.

Arranjos produtivos como a bacia leiteira de Pernambuco também motivaram a atuação do grupo parlamentar, que realizou um debate no município de Itaíba, no Agreste Meridional, para ouvir as necessidades dos produtores locais. A Comissão se debruçou, ainda, sobre a importância do fortalecimento da economia solidária, os riscos da influenza aviária no Estado e o impasse entre trabalhadores rurais e Governo na Reserva de Vida Silvestre (RVS) Tatu-Bola – este último em conjunto com o colegiado de Meio Ambiente.

Ainda recebeu aval do colegiado a ampliação do Programa Chapéu de Palha, que concede benefícios a trabalhadoras e trabalhadores rurais em períodos de entressafra ([PL nº 1107/2023](#) e [PL nº 1494/2023](#), do Poder Executivo).

Outros temas que passaram pela Comissão foram o combate à fome e o incentivo à agricultura sustentável, em projetos como o PL nº 411/2023, de autoria da deputada Socorro Pimentel (União Brasil) e o PL nº 747/2023, apresentado pela deputada Rosa Amorim (PT); além da valorização do cultivo de populações tradicionais, por meio da conservação de sementes crioulas – aprovada em um Substitutivo que unificou os PLs nº 441/2023, da deputada Simone Santana (PSB), e 458/2023, do deputado Doriel Barros.



RESUMO DAS AÇÕES NA CAPDR - 2023	QUANTITATIVO
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS	95
PROJETOS DE LEI DISTRIBUÍDOS	95
PROJETOS DE LEI APROVADOS	25
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS	01
REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS	10
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	06
GRUPOS DE TRABALHO	01
PEDIDOS DE INFORMAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO	01
Nº DE PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DISTRIBUÍDAS	01
Nº DE PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL APROVADAS	01

BALANÇO 2024

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO

A Comissão de Agricultura realizou três reuniões ordinárias no primeiro semestre de 2024 e aprovou 17 proposições. Entre as matérias que receberam aval do colegiado está o Projeto de Lei (PL) nº 1279/2023, de autoria do deputado Doriel Barros. A proposta institui a Política Estadual de Conectividade em Áreas Rurais, para promover a inclusão digital em comunidades rurais de Pernambuco. O texto recebeu emenda modificativa da Comissão de Justiça.

O PL nº 1030/2023, também aprovado pelo colegiado de Agricultura, dispõe sobre a Política de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres do Campo e da Floresta. O projeto, de iniciativa da deputada Socorro Pimentel (União Brasil), também foi alterado por uma emenda modificativa da Comissão de Justiça.

O grupo parlamentar participou, ainda, da 45ª ExpoCarpina, no município de Carpina, na Mata Norte. A Comissão montou um estande no evento e ofereceu palestras sobre temas como transtorno do espectro autista e febre aftosa.

Entre as matérias chanceladas estão a que cria uma Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo, por iniciativa da ex-deputada Alessandra Vieira (União Brasil). Também obteve parecer favorável o PL nº 3250/2022, do deputado Gustavo Gouveia (Solidariedade), que visa incluir os crimes praticados contra produtores e trabalhadores rurais entre aqueles que podem ser registrados em Boletim de Ocorrência (BO) pela internet.

Outro projeto de lei que avançou na Comissão de Agricultura foi o de nº 2799/2021, que pretende alterar a Lei Estadual nº 11.751/2000 a fim de dar preferência a alimentos in natura ou minimamente processados na merenda das escolas públicas.

No último dia 21 de novembro, foi realizada a Audiência Pública para debater “Estratégias para o Desenvolvimento Social e Produtivo da Zona da Mata”, em Rio Formoso (Mata Sul do estado).



RESUMO DAS AÇÕES NA CAPDR - 2024	QUANTITATIVO
PROJETOS DE LEI RECEBIDOS	28
PROJETOS DE LEI DISTRIBUÍDOS	23
PROJETOS DE LEI APROVADOS	20
REUNIÕES ORDINÁRIAS	05
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	05

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO